

### 3ª PARTE INQUÉRITO ARQUEOLÓGICO

#### A. O INQUÉRITO ARQUEOLÓGICO I: as prospecções

##### 1. Introdução

Partindo da ideia, correcta, de que a sociedade islâmica encontrou o seu expoente máximo na vida citadina, a atenção de quase todos os investigadores tem-se monopolizado no estudo de recintos urbanos. Mas o desenvolvimento das cidades está intimamente ligado ao mundo rural, sobre o qual se encontra um certo vazio de informação, sendo ainda muito escassas as escavações em alcarias e pequenos povoados rurais.

Neste aspecto, ainda estamos longe, no nosso país, de atingir os resultados enunciados pela Nova Arqueologia, em que a conjugação dos documentos com a prática de uma arqueologia extensiva, devem estar sempre presentes em todas as fases da investigação. Mesmo para a Idade Média, as fontes escritas, por si só, não podem fornecer mais do que evidências restritas e compartimentadas sobre a evolução de uma determinada sociedade.

No estado actual da investigação em Portugal, torna-se difícil analisar a fase de transição do século VII para o século VIII, ou estudar todo o processo de islamização, tendo apenas por base as poucas fontes escritas disponíveis. Os textos mais antigos, posteriores ao momento da conquista muçulmana, basearam-se, quase sempre, em tradições anteriores, nem sempre fiáveis. Se são poucos os documentos árabes, disponíveis em português, que fornecem informações detalhadas sobre o território, excepção feita para a compilação elaborada por Borges Coelho na obra *Portugal na Espanha Árabe* e da Crónica do Mouro Rasis, incluída na *Crónica Geral de Espanha de 1344* (CINTRA, 1954), onde se descrevem as divisões político-administrativas do período califal, e de referências dispersas, para algumas das principais cidades, por exemplo Lisboa, Beja ou

Silves, e em relação a personalidades que, como Ibne Amar ou Almutamide, nasceram no Garbe al-Andaluz, fazer uma abordagem do ponto de vista arqueológico torna-se, igualmente, uma tarefa difícil.

Se, na verdade, o território actualmente português esteve sempre um pouco deslocado e marginal em relação aos grandes centros urbanos e aos locais de poder de decisão, penso, no entanto, que a prolongada ocupação islâmica deixou muitos vestígios que nem sempre têm sido devidamente tomados em consideração. A falha dos mesmos advém, em parte, da contínua ocupação, sobretudo nas cidades, que corroe e adulterou muitos indícios, designadamente nos edifícios religiosos e em muitos recintos fortificados; ou porque se menosprezou, quase sempre, um substrato cultural que, embora importante para a compreensão das peculiaridades da Idade Média Portuguesa, não interessava averiguar e aprofundar.

A estes factores acrescenta-se ainda a particularidade que acompanhou a Reconquista, seguida de várias destruições, num forte espírito de cruzada, sobretudo a partir do século XII, frente ao não menor fanatismo religioso do Islão, durante os períodos almorávida e almóada. Os sucessivos ataques cristãos a fortificações deste período traduzem-se, quase sempre, nas estratigrafias, por espessas camadas de incêndios associadas a materiais arqueológicos ligados à guerra, designadamente bolas de arremesso e pontas de lanças ou de bestas.

Só a partir dos métodos arqueológicos se conseguirá obter uma aproximação, ainda que precária, da realidade sobre os diferentes núcleos rurais. Tornou-se, assim, imprescindível proceder a prospecções minuciosas, o mais exaustivamente possível. O ideal seria segui-las de escavações sistemáticas, para se obter uma melhor compreensão da realidade espacial do território e uma explicação, o mais válida possível, para cada tipo de povoado e diferentes cronologias de ocupação. É importante identificar e analisar a diversidade dos sítios arqueológicos, na sua dispersão geográfica, com a cartografia dos núcleos de ocupação; mas é, igualmente, necessário analisar as diferentes estruturas do *habitat* rural e respectivos vestígios materiais (cerâmicas, metais e outros), que só nos poderão dar informações precisas a partir de análises estratigráficas e extensivas à organização interna do povoamento: tipos de edifícios, arruamentos, instalações industriais e agrícolas, sistemas de regadio e de exploração do solo, etc.

As prospecções mais exaustivas que efectuei limitaram-se a algumas áreas dos concelhos de Alcoutim e de Castro Marim, sendo muito pontuais as realizadas nos concelhos de Tavira e de Loulé (Est. CXXXIX e Est. CXL). As escavações em povoados rurais estão por realizar, ainda que selectivamente, em locais aparentemente importantes como, por exemplo, Montinho de Corte da Seda, Clarines, Alcaria Chã, Alcarias de Marim, Alcarias de Barranco do Tecedeiro ou no sítio



do Fortim, para só lembrar alguns sítios aparentemente importantes, no concelho de Alcoutim. De momento, os resultados disponíveis sobre escavações em povoados muçulmanos não fortificados restringem-se unicamente aos sítios de Vale do Bôto (Castro Marim), Aldeia dos Mouros (Alcoutim) e Alcária Longa (Mértola).

Na impossibilidade de aplicação prática dos métodos da chamada arqueologia espacial ou extensiva, que implicava a mobilização de meios técnicos, financeiros e humanos de que não me foi possível dispor, apenas se evidenciam o número e algumas das características dos sítios identificados, a partir de recolhas efectuadas à superfície, em locais umas vezes cobertos com denso mato, outros totalmente arrasados por recentes lavouras mecânicas, como é o caso lamentável do alcaerial da Achada do Mocho, próximo de Martim Longo.

Na elaboração do levantamento arqueológico segui uma metodologia passível de ser complementada e alargada a outras regiões:

1. Em primeiro lugar efectuei o levantamento bibliográfico, abarcando as informações arqueológicas referentes a todas as épocas, para uma parte da área em estudo, verificando-se que a grande maioria dos sítios tardo-romanos e muçulmanos se encontrava inédita.

2. Partiu-se, depois, para o levantamento toponímico por concelho, em cada folha da Carta Militar Portuguesa 1/25000. Só para algumas freguesias do concelho de Alcoutim se consultaram as matrizes dos registos prediais rústicos e urbanos, de modo a obter-se a lista da microtoponímia. Esta consulta revelou dados interessantes, por exemplo na área da Herdade da Ferrugem, onde o povoado romano do Cercado da Ferrugem parece estar associado ao microtopónimo Cerca das Termas.

3. O contacto directo com o terreno surgiu esporadicamente, durante os períodos de escavações no Castelo Velho de Alcoutim, visto que nunca se obtiveram financiamentos para levantamento arqueológico. Por isso, a maioria dos resultados limita-se aos concelhos de Alcoutim e de Castro Marim, embora fosse importante para este trabalho um conhecimento mais profundo do Algarve Oriental, designadamente do concelho de Tavira.

As prospecções mais exaustivas, realizadas nas folhas nº 591 e nº 583 da C.M.P. 1:25000, resultaram da necessidade de estudo de impacte arqueológico, sob a responsabilidade do Doutor Victor Gonçalves, respectivamente nas áreas das barragens do Beliche e de Odeleite. Infelizmente, o trabalho de identificação de sítios que levei a cabo não foi seguido de escavações pontuais. Principalmente na área que irá ser afectada pela albufeira da barragem de Odeleite, encontram-se locais com vestígios arqueológicos que estão em perigo de vir a ser arrasados, nomeadamente nas zonas de Porto Seco/Vargens (ocupação romana) e Volta do Bravo (ocupação muçulmana). A instalação dos estaleiros da barragem destruiu

completamente intransitáveis. Outros continuaram a ser percorridos praticamente até à actualidade, evidenciando-se, nos últimos anos, uma certa preocupação, por parte das autarquias, na melhoria da rede viária, com a construção de estradas e abertura de novos caminhos vicinais e consequente destruição dos antigos.

Ao observarmos a microtoponímia desta região, a nossa atenção recaiu sobre a repetição de nomes, associados a restos de antigos currais para animais, os Cercados, que reaproveitaram os materiais de construção de sítios arqueológicos; e a zonas designadas por Alcaria, Alcarias e Alcariais, normalmente associadas a zonas com oliveiras centenárias. De facto, a palavra alcaria, de origem muçulmana (*al-qarya* ou *al-qirya*), aparece vulgarmente associada a um determinado atributo, para designar os sítios arqueológicos desertificados nesta região. O topónimo ainda hoje se mantém em várias povoações de certa importância como, por exemplo, Alcaria Queimada, Alcaria Alta ou Alcaria Cova.

É frequente encontrarem-se também locais com designação antroponímica, como Pêro Vaz, Pêro Arno, Pêro Dias, Diogo Dias, Fernão Gil, Álvaro Gil (Alvragil), etc., associados a pequenos “montes”, a barrancos e a terrenos agrícolas. Os topónimos ligados a nomes de santos têm, provavelmente, uma origem tardo-romana ou alto-medieval/visigótica, visto que se encontraram vestígios dessas épocas em sítios como Pedrinhas de S. Brás (sítio desertificado), S. Bento Velho (sítio desertificado), S. Martinho Velho (junto do Monte de S. Martinho, em Cortes Pereiras) e Santa Marta (junto da actual povoação do mesmo nome).

Os locais onde teriam existido estruturas amuralhadas, fossem castelos ou simples torres de atalaia, são indicados frequentemente na toponímia, embora as destruições nem sempre possibilitem avançar com hipóteses quanto ao tipo de recintos fortificados ou ao período cronológico a que correspondiam. Topónimos como Guerreiros, Peleja, Atalaia, Sentinela, Fortim, Fortes, Altamora e, em alguns casos, Castelo, podem vir a revelar diversos tipos de estruturas de defesa, associados ao povoamento rural muçulmano da Serra.

Embora consciente do perigo de equívoco em que posso incorrer, ao retirar conclusões a partir da densidade e extensão de vestígios encontrados à superfície, à falta de leituras estratigráficas para cada sítio prospectado, avanço, no entanto, com algumas hipóteses sobre a hierarquia dos sítios identificados, apesar de não se terem medido especificamente as respectivas áreas em metros quadrados.

Tal como acontece em relação aos resultados de prospecções obtidos em torno da *villa* de S. Cucufate (ALARCÃO *et al.*, 1990), também nesta região se observa que a maior parte dos sítios se localiza nas proximidades de uma ribeira ou de um simples veio de água e são estabelecimentos de ocupação numa colina, mais ou menos elevada, dominando um vale, estendendo-se principalmente pelas encostas voltadas a Sudeste ou a Este, sendo mais raras as orientações a Noroeste como é o



caso do povoado do Montado do Pereirão.

Na identificação de sítios em torno de S. Cucufate, para além de se estabelecerem parâmetros de extensão em metros quadrados, distinguem-se diversos tipos de ocupação romana (*ibid.*: 157-160):

1. As villae - com maiores concentrações de vestígios cujos traços de ocupação, à superfície, ultrapassam os 2 ha e onde podem recolher-se fragmentos de mosaicos, de *opus signinum*, blocos talhados, tijolos de quadrante de colunas e elementos arquitectónicos. Na maior parte dos sítios foi impossível saber se correspondem a pequenas *villae* ou a simples quintas, embora se tivessem recolhido abundantes fragmentos de cerâmicas finas.

2. As quintas ou casais - podem corresponder à parte de *fundi* das grandes *villae*, com menores concentrações de vestígios, que ocupam cerca de 1000 m<sup>2</sup>, e onde aparecem menos fragmentos de cerâmica fina, mas com elementos de construção e cerâmica comum romana.

3. Os sítios com tegulae - São locais mais modestos, com algumas *tegulae* e tijolos romanos, que podem ter pertencido a cabanas ou abrigos, mas também podem ser reutilizações de materiais romanos em construções posteriores.

Para o período visigótico pode seguir-se Isidoro de Sevilha na distinção dos vários tipos de *habitats* agrupados no meio rural (GARCIA MORENO, 1989: 205). O *vicus* tem uma certa organização urbanística mas carece de muralhas; o *castellum* é uma pequena aglomeração que possui defesas sejam naturais ou artificiais; o *pagus* é um pequeno conjunto de casas de carácter rural acentuado. Para esta época, o significado concreto de *villa* pode ser interpretado como *habitat* disperso, à base de granjas ou herdades senhoriais, ou agrupado em aldeias de dimensões variáveis. O termo parece cada vez menos apropriado para assinalar um determinado domínio senhorial, preferindo-se outros como *fundus*, *praedium*, *domus* e, sobretudo, *locus* (*ibid.*: 205).

Na área em estudo, para além dos sítios pré-históricos, dos recintos fortificados romanos e muçulmanos e dos diversos tipos de sepulturas até agora identificados, os núcleos de povoamento romanos, islâmicos e pós-islâmicos podem individualizar-se, pela dispersão e tipo de achados à superfície, nos seguintes grupos de povoados:

1. As villae - Incluem-se neste grupo os sítios que apresentam uma considerável área de extensão dos vestígios, onde predominam as cerâmicas tipicamente romanas, designadamente paredes finas, *sigillata* de várias épocas, abundante quantidade de materiais de construção e alguns elementos arquitectónicos. Contudo, em nenhum destes locais se encontraram, à superfície, tijolos de quadrante de colunas e restos de *opus tessellatum*. Também alguns

locais, pela sua implantação e extensão de vestígios com cerâmicas finas, podem ser interpretados como *villae* apesar de não se terem encontrado elementos arquitectónicos. Tal pode ser o caso, por exemplo, dos sítios da Lourinhã, do Enxoval, do Cercado da Ferrugem ou dos Curralinhos do Pessegueiro.

2. Os grandes povoados ou alcarias (*al-qarya; al-qirya*) - Correspondem aos povoados muçulmanos com maior extensão e densidade de vestígios encontrados e podem ter pertencido a micro-unidades administrativas rurais. Nestes povoados são muito abundantes os materiais de construção e observam-se, quase sempre, restos de alicerces de casas à superfície. Predominam sempre os fragmentos de cerâmicas com superfícies não vidradas e várias vidradas, tipicamente islâmicas.

3. Os alcariais - Incluem-se neste grupo os simples lugares habitados com pequenos núcleos de casas que podem, eventualmente, ter correspondido à designação de aldeia muçulmana (*al-dayá; al-diyâ*). À superfície, apesar de uma área mais restrita na dispersão de vestígios, os materiais arqueológicos são idênticos aos recolhidos nas grandes alcarias.

4. Os casais ou granjas - Correspondem a áreas muito restritas de vestígios que podem ter pertencido a casais romanos, a pequenas granjas muçulmanas (*disar, dusur*) ou a simples “montes” familiares de época pós-islâmica, abandonados já em época moderna. A concentração de vestígios num espaço relativamente restrito é uma constante, variando apenas o tipo de materiais arqueológicos recolhidos à superfície.

5. Os povoados ou lugares - São áreas de *habitat* de tipo indeterminado, que dificilmente se podem incluir em grandes povoados romanos ou muçulmanos, mas que se estendem por um espaço maior que o de simples casais. Pela sua localização não se podem integrar propriamente nos povoados de altura, apesar de os materiais arqueológicos recolhidos à superfície serem em alguns casos semelhantes. Alguns, como o sítio do Fadagoso, podem corresponder a uma reocupação de um povoado anterior, possivelmente de origem pré-romana.

6. Os povoados de altura - Díficeis de interpretar cronologicamente, são determinados povoados localizados em sítios elevados, com possível ocupação no período visigótico e, normalmente, já desabitados em pleno período muçulmano, onde apenas se encontram grandes quantidades de telhas digitadas e cerâmica comum grosseira, sem cerâmicas vidradas à superfície. Alguns destes locais podem vir a revelar, se forem escavados, vestígios de muralhas.